

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Parecer n.º 08 de 11 de Agosto de 2025.

Projeto de Lei n.º 59/2025 de 14 de Julho de 2025.

### Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria da Vereador Samuel Soares da Silva, “*Cria o selo “Empresa Amiga da Inclusão”, de natureza honorífica e simbólica, no âmbito do Município de Ubá, destinado a reconhecer e valorizar empresas que promovem a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.*”.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 45-A do Regimento Interno que relata:

*“Art. 45-A. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência a manifestar-se, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:*

*I – Acompanhamento da implementação das políticas de integração social da pessoa com deficiência, em especial as políticas de acessibilidade;*

*II – Fiscalização dos programas governamentais relativos aos direitos da pessoa com deficiência;*

*III – Recepção, avaliação e investigação de denúncias relativas à violação dos direitos da pessoa com deficiência;*

*IV – Divulgação de assuntos relacionados à defesa dos direitos da pessoa com deficiência;*

*V – Promoção da inclusão social e proteção das famílias atípicas de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), oferecendo apoio a serviços, tratamentos e inclusão social”.*



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## Fundamentação

Na Constituição Federativa de 1988, descreve no seu artigo 30, inciso I, que:

*“Art. 30 Compete aos municípios:*

*I – Legislar sobre assuntos de interesse local;*

*(...)”*

De acordo como art. 1º, o objetivo deste Projeto de Lei nº 59/2025 é o de conceder a pessoas jurídicas de direito privado que possam ter o selo “Empresa Amiga da Inclusão”. Desta forma, quando elas se destacarem na contratação, integração, valorização e promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência, elas poderão receber este selo.

E como seria definida esta entrega do selo? De acordo com o art. 4º deste Projeto de Lei nº 59/2025, a empresa interessada deverá apresentar ofício à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara Municipal de Ubá, acompanhado dos seguintes documentos:

- *Comprovação de CNPJ ativo e atuação no município de Ubá*
- *Relação de colaboradores PCDs com descrição de cargos e funções*
- *Relatório de ações afirmativas voltadas à acessibilidade e inclusão*
- *Declaração de que os direitos trabalhistas e condições de acessibilidade estão sendo respeitados*
- *Outros documentos que a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com deficiência considerar relevantes para análise*

Importante frisar que, de acordo com o art. 5º, caberá **AOS MEMBROS da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência analisar os pedidos e deliberar sobre a concessão do selo.**

Este selo, de acordo com o art. 2º, teria validade de um ano, podendo ser renovado desde que os critérios desta Lei sejam atendidos. Entre os objetivos deste Projeto de Lei nº 59/2025, estão:

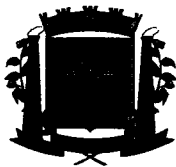
**Art. 3º São objetivos desta Lei:**

- I - apoiar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho;**
- II - conscientizar os empregadores e trabalhadores sobre a importância da inserção das pessoas com deficiência em atividades laborais;**
- III - divulgar as potencialidades da pessoa com deficiência e a sua capacidade de colaboração dentro da empresa.**
- IV - desenvolver medidas que visem dar suporte e visibilidade à participação e inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.**

---

Rua Santa Cruz, N°. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Esta relatora destaca que o selo por ser simbólico e sem implicar gratificações financeiras, ele **não gera impacto orçamentário significativo** ao município, sendo uma ação de incentivo eficaz e de **baixo custo** para a administração pública.

Pensando mais à frente, esta relatora destaca que as empresas reconhecidas podem vir a participar de **programas de incentivo, feiras de empregabilidade ou eventos inclusivos**, promovendo a articulação entre setor público e privado.

## Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 59/2025.

Ubá, 11 de Agosto de 2025.

ALINE MOREIRA SILVA MELO  
RELATORA

## Manifestação da Comissão:

☒ Favorável

☐ Favorável com restrições

☐ Contrário

Vereador

☒ Favorável

☐ Favorável com restrições

☐ Contrário

Vereador